

MONDONI, Danilo. *E os cristãos se dividiram: das reformas ao Vaticano II*. São Paulo: Loyola, 2015, 191p. ISBN: 978-85-15-04297-5.

Danilo Mondoni, sacerdote jesuíta, é mestre em História da Igreja pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, professor na Faculdade Jesuíta de Teologia em Belo Horizonte (MG) e professor de História do Cristianismo na Faculdade de São Bento.

No decorrer desta sintética obra de História Eclesiástica, Mondoni oferece aos leitores conteúdos histórico-religiosos relevantes acerca das inúmeras reformas ocorridas desde o século XVI até o Concílio Vaticano II. De forma esquemática, ele divide a obra em 24 capítulos, ressaltando as principais informações de cada fase histórica, delineando os fatos de maneira sucinta e coerente.

A obra inicia-se com o V Concílio Lateranense, em 1512, durante a luta contra as heresias do tempo (p. 15). Nesse contexto, a invasão turca se apresenta como um flagelo na história eclesiástica, bem como o discrepante reformador Martinho Lutero (1483-1546), marcando o período com doutrinas acerca da predestinação e da salvação dos homens, anulando ao mesmo tempo a mediação eclesiástica (p. 30). O luteranismo espargiu-se rapidamente na Europa, conquistando vários adeptos. Na França, destaca-se o céptico rigorista João Calvino (1509-1564; cap. 4-5), considerado o sistematizador dos conceitos luteranos

(p. 38) e organizador de um governo teocrático em Genebra, inspirado na Reforma.

Já na Inglaterra, Henrique VIII nega submissão à máxima autoridade eclesiástica, rompendo com o papado e se proclamando chefe supremo da Igreja local (cap. 6). Deste cisma, e das reformas luterana e calvinista, decorreram várias ramificações protestantes, como os puritanos, os anabatistas e os espirituais (cap. 7).

Nesses momentos de conturbação na Santa Igreja, vem a lume a Companhia de Jesus, bem como outras almas que suscitaram a Contrarreforma (cap. 8). Dignas de nota, foram as novas decisões impostas pelo Concílio de Trento (cap. 9), para “dar uma nova autoconsciência ao catolicismo” (p. 76), estabelecendo decretos dogmáticos e disciplinares. É durante esse período de lutas e renovação da Igreja que os desbravadores ibéricos pisam nas terras de Santa Cruz, conquistando as Américas e o Oriente pela evangelização (cap. 10-11).

Como pedra de tropeço, Corneille Otto Janssens inicia uma nova ruptura com a Igreja, aproximando-se do pensamento de Lutero e de Calvino (cap. 13). O jansenismo apresentava controvérsias sobre a Graça e a concupiscência humana, ao afirmar: “A graça e a concupiscência determinam

o homem internamente” (p. 106); acrescentando que o homem se torna um juguete dessas forças antagônicas, já que, cada uma a seu modo, produzem nele uma determinação interna irresistível (idem).

Pela exacerbação e autoconfiança da razão humana, um novo movimento se configura na Europa: o Iluminismo (cap. 15). Tal sistema filosófico conduziu os homens às vias do Racionalismo e do Empirismo, cujos princípios possuíam completa autonomia e tinham primazia em relação à Fé Cristã. Consequentemente, a Revolução Francesa provocou conturbações graves na Igreja, com o confisco dos bens eclesiásticos, a supressão das ordens religiosas e a divisão do clero (cap. 16). Por fim, o regime liberal apunhala a Igreja, separando-a do Estado e aceitando-a apenas na medida de suas utilidades sociais (cap. 17).

No século XIX a Igreja viu-se na contingência de se ocupar da questão social (cap. 18), pois, “do século XVIII a inícios do XX, as revoluções industrial e francesa, e o progresso técnico e comercial, conduziram ao individualismo e à miséria do proletariado industrial e agrícola” (p. 139), gerando insatisfação e revolta. O liberalismo econômico levou a abusos que o socialismo propunha resolver por intermédio da luta de classes, da abolição da propriedade e da coletivização dos meios de produção. Com a sociedade posta diante desse conflito de interesses

antagônicos, a Igreja deveria intervir e indicar o rumo a ser tomado.

Esta época é dividida em três períodos, iniciando-se com o Papa Leão XIII, na segunda metade do século XIX, e sua impugnação ao socialismo. No segundo período, o Pontífice salienta as responsabilidades concernentes ao direito à propriedade privada. A partir de 1891 sucede o terceiro período. Mais tarde, Pio XI escreve a *Quadragesimo anno*, condenando a luta de classes; Paulo VI soergue o problema da justiça entre os povos com a *Populorum progressio*; e Bento XVI expõe, na Encíclica *Caritas in veritate*, o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade.

O século XIX é ainda recordado pelas questões em torno da fé, da ciência e da razão (cap. 19). Múltiplas correntes teológicas se desenvolvem nesta fase, algumas delas procuram meios para unir cristianismo e racionalismo. Outras, com base no fideísmo, tentam separar o conhecimento racional do conhecimento da fé ou atestam a incapacidade da razão para conhecer, com plena certeza, as realidades espirituais, como é o caso dos ditos tradicionalistas.

No entanto, os acontecimentos de maior importância nesse período foram as revoltas nos Estados Pontifícios, que levaram as regiões da Romagna, Marche e Úmbria a se unirem ao Reino da Sardenha. Em 1849, proclama-se a “Segunda República Romana”. De Gaeta, Pio IX pede auxílio ao exército

francês, reestabelecendo a ordem com sucesso. Em 1850 o Papa se reestabelece em Roma.

Após esses cruciais acontecimentos na história eclesiástica, o Cardeal Lambruschini sugere ao Sumo Pontífice a convocação de um concílio para restaurar a fé católica e reforçar a disciplina. Os principais resultados do curto Concílio Vaticano I (1869-1870) foram: a constituição *Dei Filius*, onde se expõe a doutrina católica acerca de Deus (Pessoal, Criador e plenamente Livre), da Revelação (a sua necessidade para o conhecimento das verdades sobrenaturais) e da fé (o seu reconhecimento como dom divino), em reprimenda aos erros modernos (ateísmo materialista, panteísmo, racionalismo, tradicionalismo e fideísmo); e a constituição *Pastor aeternus*, que aborda a instituição divina da Igreja, estabelece o primado de Pedro e sua transmissão ao Sumo Pontífice, além de proclamar o dogma da infalibilidade pontifícia (quando *ex cathedra* e em matéria de fé e moral).

No começo do século XX, aparece na Europa o movimento modernista, basicamente anti-intelectualista (cap. 21). Para essa corrente, a fé não se baseia em premissas racionais, sendo uma mera exigência do sentimento religioso. Por outro lado, a razão não poderia demonstrar a existência de Deus. Os principais atuantes foram: Alfred Loisy, George Tyrrell, Ernesto Buonaiuti e Romolo Murri. A condenação

desse movimento foi contundente. Nesse contexto, São Pio X escreveu a encíclica *Pascendi Dominici Gregis* (1907), com o objetivo, dentre outros, de elaborar uma síntese das heresias e condenar a rejeição das clássicas provas da existência de Deus. Nesse ínterim, nasce uma defesa intransigente da integralidade dogmática e da disciplina tradicional, o denominado “integrismo”. A organização do boletim *Corrispondenza di Roma* favorecia os integristas no desvelamento modernista, bem como nas denúncias contra eles.

Durante a Primeira Guerra Mundial, ressurgiu, em diversos países europeus, o totalitarismo (cap. 22). A fim de subjugar a Igreja Católica, o fascismo italiano visava a supremacia do Estado, o nazismo alemão controlava o episcopado por meio do juramento dos Bispos ao Estado, e os soviéticos aboliam as pregações nas igrejas, fechavam escolas confessionais e separaram a Igreja do Estado. Nessa fase nascem ainda novos movimentos eclesiais, filosóficos e teológicos (cap. 23).

A obra finaliza com o Concílio Vaticano II, convocado por João XXIII, em 29 de junho de 1959, com a bula *Ad Petri cathedram*, e finalmente inaugurado em 11 de outubro de 1962 (cap. 24). Objetivava “aprofundar o ensino eclesial e formulá-lo segundo o pensamento moderno” (p. 183), mostrando a validade da doutrina mais que os seus erros, dialogando-

se inicialmente sobre a Liturgia, as Escrituras e a Tradição. Ao término da primeira sessão, falece o Papa Roncalli, em 3 de junho de 1963.

Paulo VI assumiu os deveres conciliares do segundo período, inserindo algumas novidades, como a introdução de personalidades femininas como auditoras conciliares. O terceiro período enfocou o ecumenismo e o pluralismo litúrgico, obstruído pela minoria contrária. No quarto e último período do Vaticano II, tratou-se amplamente da liberdade religiosa, o apostolado dos leigos, a vida ministerial e a Igreja no mundo contemporâneo. O

Concílio encerrou-se em 8 de dezembro de 1965, com um total de 16 documentos conciliares, dentre eles quatro constituições apostólicas doutrinárias e pastorais, novos decretos de ordem prática e três declarações dirigidas a toda a humanidade.

De proveito aos leitores menos versados no assunto, a obra de Mondoni, de modo esquemático e sintético, convida a novos aprofundamentos, incitando o público a se introduzir numa das fases mais fascinantes da História da Igreja.

Leonardo Brito Bilac
(IFAT)